

# PREGÃO ELETRÔNICO

90014/2026

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (344042)

## OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de sistema de monitoramento de umidade; temperatura /climatologia e sistema de registro e gestão de riscos para bens culturais

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 71.333,36

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 às 11h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	15
10. DOS RECURSOS .....	15
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	16
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19

**FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026**

(Processo Administrativo nº 01430.000376/2025-83)

Torna-se público que a Fundação Biblioteca Nacional, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Rua Debret 23 - Sala 609 – Centro – Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de serviços que siga os protocolos de gestão de riscos desenvolvidos pela Fundação Biblioteca Nacional para o controle dos parâmetros climatológicos nas áreas de guarda de acervos, na sala cofre da COMIC, nos laboratórios e nos espaços expositivos da Fundação Biblioteca Nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A participação nesta licitação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.9.3 sociedades cooperativas;
- 2.9.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.9.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.9.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.9.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.9.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.9.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.9.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.9.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.9.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.5 e 2.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.5 e 2.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16. A vedação de que trata o item 2.1010 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item;

5.1.2 Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de

maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.20.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas brasileiras;

6.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme indicado no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio (pregao@bn.gov.br).

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [pregao@bn.gov.br](mailto:pregao@bn.gov.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [compras.gov.br](http://compras.gov.br)
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
    - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
  - 13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**

FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL

Termo de Referência 89/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
89/2025	344042-FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	SIRLE REBECA SIMAS RODRIGUES	03/06/2026 09:58 (v 0.43)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	70/2025	01430.000376/2025-83

1. Contratação climatologista

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO TIC

[TAMBÉM APLICÁVEL PARA CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA]

LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

Processo Administrativo nº 01430.000376/2025-83

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de *Contratação de empresa para prestação de serviços de sistema de monitoramento de umidade; temperatura /climatologia e sistema de registro e gestão de riscos para bens culturais*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de sistema de monitoramento de umidade; temperatura /climatologia e sistema de registro que siga os protocolos de gestão de riscos desenvolvidos pela Fundação Biblioteca Nacional para o controle dos parâmetros	16888	01 (mês)	12	R\$ 5.944,45	R\$ 71.333,36

	climatológicos para bens culturais nas áreas de guarda de acervos, na sala cofre da COMIC, nos laboratórios e nos espaços expositivos da Fundação Biblioteca Nacional					
--	---	--	--	--	--	--

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços, sendo a vigência anual mais vantajosa considerando a prevenção e redução dos custos em caso de nova contratação.

**Prazo de vigência**

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 ano** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1.A empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente conforme disposto no art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, e Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelecem critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável;

**Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas às **17:00** horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. Local da Vistoria: Av. Rio Branco, 219;

4.6.2. Contato: Tel (21) 2220-1973 ,e-mail: [preserve@bn.gov.br](mailto:preserve@bn.gov.br) e [sirle.rodrigues@bn.gov.br](mailto:sirle.rodrigues@bn.gov.br)

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Análise e levantamento das condições dos equipamentos Datalogger instalados nas áreas de controle

5.1.4. Indicar a substituição dos Datalogger em caso de defeito

5.1.5. Sistema de Monitoramento de Riscos: descrição dos utilizadores, o sistema de monitoramento de risco para que os técnicos qualificados possam desenvolver atividades de vigilância, análise, diagnóstico e mitigação de riscos; perfis dos utilizadores, Conservadores, Restauradores, Bibliotecários, Arquivistas, Apoio administrativo; ambiente de trabalho, os técnicos utilizarão computador IBM-PC para acessar o sistema disponibilizado pela contratada.

5.1.6. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato com a vencedora do certame, na forma que segue:

5.1.7. Visita nas áreas de controle climático 01 (uma) vez por mês para análise do ambiente e ajustes que se fizerem necessário– em dias úteis e 9:00 às 18:00 horas, sendo permitida a retirada do equipamento para reparo em caso de necessidade e com autorização do fiscal do contrato;

5.1.8. A execução do controle climático se dará a partir da assinatura do contrato entre a FBN e a empresa vencedora do certame;

5.1.9. As peças que forem necessárias a sua substituição deverão ser adquiridas pela FBN/setor de compras através de cotação de preço contendo 03 propostas para aquisição.

5.1.10. O reparo ou substituição dos datalogger deverá ser efetuado sempre que necessário e em até 24 horas após a aquisição das peças com acompanhamento da equipe de manutenção da FBN;

5.1.11. Verificar o estado de funcionamento da rede de dados RS485 SITRAD;

5.1.12. Realizar visita acompanhado da equipe de manutenção da Biblioteca Nacional para a manutenção preventiva, corretiva ou evolutiva da rede SITRAD;

5.1.13. Instalar novos sensores acompanhado da equipe de manutenção da Biblioteca Nacional;

5.1.14. Projetar vitrines climatizadas e incorporar ao sistema SITRAD;

5.1.15. Realizar a programação da interface de captura de dados da rede SITRAD;

5.1.16. Realizar estudos de eficiência energética contemplando dados meteorológicos das estações meteorológicas SBRJ (Força Aérea Brasileira) e A652 (Instituto Nacional de Meteorologia) e dados internos Biblioteca Nacional;

5.1.17. Prover laudos de gestão de RISCOS (água, temperatura, umidade, microorganismos, stress mecânico) em função das condições de temperatura e umidade oriundos do sistema SITRAD;

5.1.18. Prover dados de Temperatura, Temperatura do ponto de orvalho, Umidade, Vento, Nebulosidade, Precipitação e Radiação Solar das estações meteorológicas SBRJ (Força Aérea Brasileira) e A652 (Instituto Nacional de Meteorologia) em tempo real, horário, no site web da empresa contratada;

5.1.19. Contingência Técnica

Em caso de problemas técnicos na rede de dados SITRAD, deverá ser fornecido e utilizado 1 (um) equipamento conversor TCP485 para garantir a continuidade da comunicação.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: *Av. Rio Branco, 219, Casa da Leitura* - R. Pereira da Silva, 86 – Laranjeiras e *Palácio Gustavo Capanema*- R. da Imprensa, 16 - Centro, Rio de Janeiro – RJ e Rua Debret n 23.

5.3. Os serviços serão prestados remotamente, online, com monitoramento 365 dias no ano, com duas visitas mensais no seguinte horário: segunda a sexta no horário de 09:00 horas às 17:00 horas de Brasília;

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.3.2. A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo:

5.3.3. Análise do sistema e suas medições durante o mês.

5.3.4. Elaborar e enviar avisos meteorológicos que possam causar riscos

5.3.5. Verificação do perfeito funcionamento dos equipamentos Datalogger.

5.3.6. Elaboração de relatório mensal de monitoramento climático

5.3.7. Elaboração de relatório mensal de monitoramento de riscos

5.3.8. Propor melhorias para o melhor controle da umidade e temperatura.

5.3.9. Propor mitigação de riscos ao acervo da FBN através do uso de ferramentas do tipo bowtie

5.3.10. Visita mensal e ou em caso de necessidade sem custo para a FBN.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias e qualidades para a execução do contrato quando necessário:*

5.4.1. *Fornecimento de sistemas de monitoramento climático e de equipamentos de climatização; e monitoramento de riscos online.*

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.5.1. *FUNCIONALIDADES E PARÂMETROS DO SISTEMA*

5.5.2. *Parâmetros de Monitoramento e Cálculo*

5.5.3. *O sistema da empresa contratada deverá capturar os dados de temperatura e umidade do SITRAD para consulta e o efetivo cálculo em tempo real e disponível em tempo real no site web da contratante, incluindo os seguintes parâmetros técnicos:*

5.5.4. *Temperatura do ponto de orvalho: O ponto de orvalho é em definição técnica a temperatura para a qual a umidade relativa da massa de ar em consideração atinge 100%. Temperaturas maiores implicam maior quantidade de vapor admissível. Ao se baixar a temperatura, a quantidade máxima de vapor de água admissível no sistema decresce e a umidade relativa da massa de ar aumenta, mesmo mantendo-se a mesma massa de vapor dissolvida. O ponto de orvalho depende, entre outros, da umidade absoluta do ar. Aumentando-se a quantidade de vapor de água dissolvido em uma dada massa de ar, eleva-se o ponto de orvalho. Massas úmidas de ar têm pontos de orvalho superiores às massas de ar*

*mais secas quando sob a mesma pressão. Quanto mais próximas a temperatura do ponto de orvalho e a temperatura do ar maior será a probabilidade de condensação sobre os objetos.*

*5.5.5. Amplitude de condensação: É a diferença entre a temperatura do ar e a temperatura do ponto de orvalho, caso a diferença seja menor que 1 grau celsius maior a probabilidade de absorção de vapor d'água pelos objetos em papel.*

*5.5.6. Umidade absoluta: A umidade absoluta é toda a água presente no ar em determinada parte da atmosfera expressa em metros cúbicos e o ponto de saturação é a quantidade máxima de vapor de água que poderia haver sob determinada temperatura. 1 grama de vapor d'água por metro cúbico equivale aproximadamente à 1 milímetro em suspensão.*

*5.5.7. Índice de permanência IP: Os papéis que, por exemplo, tenham alcançado um determinado estado quebradiço em 45 anos sob as condições iniciais, alcançariam o mesmo estado em noventa anos sob as novas condições, uma vez que sua taxa de deterioração foi reduzida à metade. De forma similar, papéis com expectativa de vida de duzentos anos teriam sua permanência estendida para quatrocentos anos. É a razão das taxas de deterioração que o gerente de preservação pode controlar através de alterações na temperatura e percentual de umidade relativa das áreas de armazenamento de coleções. Não é possível alterar fatores não-ambientais como tipo e comprimento de fibras, grau de aquecimento de pastas, gramaturas, espessuras e assim por diante, fatores que influenciam a taxa de deterioração absoluta de um determinado papel.*

*5.5.8. Permanência em anos: Anos de permanência do objeto em condições de temperatura e umidade. A partir do índice de permanência é possível calcular em anos o tempo para que o documento torne-se quebradiço nas condições em que se encontra.*

*5.5.9. Umidade de ativação de fungos no ambiente: Cálculo da umidade a partir da qual o fungo inicia seu crescimento, compreendendo classes I, II, III, IV e V, cada classe possui um estágio bem definido de desenvolvimento dos fungos.*

*5.5.10. Crescimento de fungos no ambiente: São os números de dias necessários para o crescimento de fungos, de forma genérica sem especificar o tipo.*

*5.5.11. Probabilidade de fungos no ambiente. Diagnóstico se há probabilidade de formação de fungos.*

*5.5.12. Probabilidade de oxidação de objetos em metal: É um alerta para a probabilidade de oxidação de objetos que possuam ligas metálicas em sua composição, de forma genérica adota-se que acima 65% de umidade relativa o ambiente propicia a oxidação.*

*5.5.13. Condições de condensação: Se há condições do vapor d'água em suspensão condensar no ambiente e interagir como objeto.*

*5.5.14. Cálculo Estatístico Mensal de:*

*5.5.15. Temperatura média.*

*5.5.16. Umidade Relativa média.*

*5.5.17. Desvio padrão de Temperatura (°C).*

*5.5.18. Desvio padrão de Umidade Relativa (%).*

*5.5.19. Média do Índice de Permanência em Anos (papel).*

*5.5.20. Total de registros (horas) com possibilidade para formação de fungos.*

*5.5.21. Probabilidade de Stress Mecânico (objetos higroscópicos).*

*5.5.22. Todos os dados de temperatura, umidade, índice permanência e dias para fungos deverão ser auditáveis, e disponibilizados em servidor web da contratante.*

*5.5.23. Integração com o Sistema de Monitoramento de Riscos Online (MRO- FBN)*

*5.5.24. Princípios de Integração*

*5.5.25. O sistema de monitoramento climático (SITRAD/CONCLIMA) será integralmente interligado ao Sistema de Monitoramento de Riscos Online (MRO-FBN).*

*5.5.26. O agente autônomo CONCLIMA registrará automaticamente no MRO-FBN eventos climáticos críticos (ex.: temperatura ou umidade fora dos parâmetros definidos), classificados inicialmente como "SEM CLASSE" para validação posterior.*



- 5.5.27. O sistema de PMOC para ar-condicionado será interligado ao sistema de ocorrências do MRO.
- 5.5.28. Funcionalidades do MRO-FBN
- 5.5.29. Registro e gestão de ocorrências com base na classificação de gravidade (Muito Alta, Alta, Média, Baixa, Muito Baixa, Sem Classe).
- 5.5.30. Cálculo de risco inerente conforme metodologia do TCU/CGU e normas ABNT (ISO 31000, ISO/IEC 31010).
- 5.5.31. Emissão de relatórios e gráficos para análise estatística.
- 5.5.32. Notificações automáticas por e-mail para a rede de participantes.
- 5.5.33. Log completo de todas as alterações no sistema para auditoria.
- 5.5.34. AMBIENTES DE MONITORAMENTO
- 5.5.35. Listagem dos Ambientes para monitoramento climático e/ou gestão de riscos
- 5.5.36. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: Deverá realizar o monitoramento e controle climático das salas monitoradas através do sistema SITRAD e/ou MRO-FBN, que permita a inserção de dados no sistema e acesso remoto.
- 5.5.37. Ambientes a serem monitorados, mediante a realização de relatórios mensais:
- 5.5.38. 001) COMIC COFRE;
- 5.5.39. 002) ICONOGRAFIA;
- 5.5.40. 003) OBRAS RARAS;
- 5.5.41. 004) ARMAZÉM DIOGE (SEXTO ANDAR);
- 5.5.42. 005) ARMAZÉM DIOGE (PRIMEIRO ANDAR);
- 5.5.43. 006) ARMAZÉM PERIÓDICOS (SEXTO ANDAR);
- 5.5.44. 007) MANUSCRITOS E CARTOGRAFIA;
- 5.5.45. 008) CCE - COP;
- 5.5.46. 009) LR - COP;
- 5.5.47. 010) ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI;
- 5.5.48. 011) LABORATÓRIO DE DIGITALIZAÇÃO;
- 5.5.49. 012) SALÃO PERIÓDICOS;
- 5.5.50. 013) FRIGORÍFICO;
- 5.5.51. 019) CPP;
- 5.5.52. 020) ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI (VITRINES);
- 5.5.53. 021) OBRAS RARAS (VITRINES);
- 5.5.54. 022) LAB. DE MICROFILMAGEM;
- 5.5.55. 101) PORTARIA MÉXICO;
- 5.5.56. 102) PORTARIA RIO BRANCO;
- 5.5.57. 103) ESTACIONAMENTO;
- 5.5.58. 104) ESCADARIA RIO BRANCO;
- 5.5.59. 105) SAGUÃO PRINCIPAL;

5.5.60. 106) SALÃO DIOGE;

5.5.61. 107) SALÃO DIORA;

5.5.62.108) SALÃO MANUSCRITOS;

5.5.63. 109) MEZANINO CARTOGRAFIA;

5.5.64. 110) SALÃO ICONOGRAFIA;

5.5.65. 111) MEZANINO ICONOGRAFIA;

5.5.66. 112) ENCADERNAÇÃO;

5.5.67. 113) ELEVADOR SOCIAL;

5.5.68. 114) ELEVADOR SERVIÇO;

5.5.69. 115) ÁREA COMIC E DIGITALIZAÇÃO;

5.5.70. 116) LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO;

5.5.71. 117) SALA DE PESQUISA E PREPARO;

5.5.72. 118) HALL EXPOSIÇÃO TERCEIRO ANDAR;

5.5.73. 119) ESCADARIA INTERNA 2 E 3 ANDAR;

5.5.74. 120) ESCADARIA INTERNA 1 E 2 ANDAR;

5.5.75. 121) SACADA 3 ANDAR;

5.5.76. 122) SALA CPE;

5.5.77. 123) SALA EVENTOS;

5.5.78. 124) SALA PESQUISA;

5.5.79. 150) EDITORAÇÃO;

5.5.80. 125) COPA;

5.5.81. 126) COZINHA;

5.5.82. 127) BANHEIRO FEMININO 1 ANDAR;

5.5.83. 128) BANHEIRO FEMININO 2 ANDAR;

5.5.84. 129) BANHEIRO FEMININO 3 ANDAR;

5.5.85. 130) BANHEIRO FEMININO 4 ANDAR;

5.5.86. 131) BANHEIRO FEMININO 5 ANDAR;

5.5.87. 132) BANHEIRO MASCULINO ÁREA EXPOSIÇÃO ;

5.5.88. 133) BANHEIRO MASCULINO 1 ANDAR;

5.5.89. 134) BANHEIRO MASCULINO 2 ANDAR;

5.5.90. 135) BANHEIRO MASCULINO 3 ANDAR;

5.5.91. 136) BANHEIRO MASCULINO 4 ANDAR;

5.5.92. 137) B ANHEIRO MASCULINO 5 ANDAR;

5.5.93. 138) GABINETE;

5.5.94. 151) NÚCLEO DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO;

5.5.95. 152) SALA DA SEGURANÇA;

5.5.96. 153) LOJA DO LIVRO;

5.5.97. 139) HALL 4 ANDAR;

5.5.98. 140) DMA;

5.5.99. 141) SALA TIC;

5.5.100. 142) SALA ENCARREGADA LIMPEZA;

5.5.101. 143) JARDIM AUDITÓRIO;

5.5.102. 144) JARDIM EVARISTO VEIGA;

5.5.103. 145) AUDITÓRIO ;

5.5.104. 146) EXTERNO RUA MÉXICO ;

5.5.105. 147) EXTERNO RIO BRANCO ;

5.5.106. 148) EXTERNO CCJF/PEDRO LESSA;

5.5.107. 149) EXTERNO ARAÚJO PORTO ALEGRE;

5.5.108. 200) COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO;

5.5.109. 201) COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO;

5.5.110. 202) NÚCLEO DE COMPRAS;

5.5.111. 203) NÚCLEO DE PATRIMÔNIO;

5.5.112. 204) DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS;

5.5.113. 205) SETOR DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO;

5.5.114. 206) DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS;

5.5.115. 207) COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO;

5.5.116. 208) PROCURADORIA FEDERAL;

5.5.117. 209) DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS;

5.5.118. 210) NÚCLEO DE ARQUITETURA;

5.5.119. 211) SERVIÇO DE GESTÃO DOCUMENTAL;

5.5.120. 212) COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;

5.5.121. 213) AUDITORIA INTERNA;

5.5.122. 300) BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA - BEC;

5.5.123. 301) ESCRITÓRIO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA - PRONAC;

5.5.124. 302) ESCRITÓRIO DE DIREITOS AUTORAIS - EDA;

5.5.125. 400) CASA DA LEITURA;

5.5.126. 500) ANEXO;

5.5.127. 501) ESTOQUE DA LOJA DO LIVRO;

5.5.127. 999) EXTERNO.

5.5.128. Listagem dos RISCOS

*5.5.130. Tipos de ocorrências:*

*5.5.131. A) ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE;*

*5.5.132. A) ACIDENTE COM FUNCIONÁRIO / COLABORADOR;*

*5.5.133. A) ACIDENTE COM VISITANTE;*

*5.5.134. A) COBERTURA E TELHADOS, FALHAS NA IMPERMEABILIZAÇÃO;*

*5.5.135. A) COBERTURA E TELHADOS, INCLINAÇÃO INADEQUADA;*

*5.5.136. A) COBERTURA E TELHADOS, MADEIRAMENTO COMPROMETIDO;*

*5.5.137. A) COBERTURA E TELHADOS, PROBLEMAS NA CALHA E NO ESCOAMENTO;*

*5.5.138. A) COBERTURA E TELHADOS, TELHAS MAL FIXADAS OU QUEBRADAS;*

*5.5.139. A) DESMORONAMENTO;*

*5.5.140. A) EXPLOSÃO;*

*5.5.141. A) FUNDAÇÃO, RECALQUES DIFERENCIAIS – AFUNDAMENTO IRREGULAR;*

*5.5.142. A) FUNDAÇÃO, EXPANSÃO DO SOLO;*

*5.5.143. A) FURACÃO;*

*5.5.144. A) LAJES E VIGAS, SOBRECARGA ESTRUTURAL;*

*5.5.145. A) LAJES E VIGAS, FERRAGENS EXPOSTAS E OXIDADAS;*

*5.5.146. A) LAJES E VIGAS, DEFORMAÇÕES EXCESSIVAS;*

*5.5.147. A) PAREDES E ALVENARIA, TRINCAS ESTRUTURAIS;*

*5.5.148. A) PAREDES E ALVENARIA, FISSURAS SUPERFICIAIS;*

*5.5.149. A) PAREDES E ALVENARIA, DETERIORAÇÃO DO REBOCO;*

*5.5.150. A) PAREDES E ALVENARIA, EFLORESCÊNCIA (MANCHAS BRANCAS);*

*5.5.151. A) PISOS;*

*5.5.152. A) RAIO;*

*5.5.153. A) TERREMOTO ;*

*5.5.154. A) VENDAVAL;*

*5.5.155. B) ATENTADO;*

*5.5.156. B) FURTO;*

*5.5.157. B) GUERRA;*

*5.5.158. B) CONFLITO CIVIL;*

*5.5.159. B) INVASÃO ;*

*5.5.160. B) ROUBO ;*

*5.5.161. B) TERRORISMO;*

*5.5.162. C) GERAÇÃO DE FUMAÇA (ORIGEM INCÊNDIO);*

*5.5.163. C) INCÊNDIO;*

*5.5.164. D) DEFEITO DE REVERSÃO DO ESGOTO;*

5.5.165. D) GEADA;

5.5.166. D) GRANIZO;

5.5.167. D) NEVE;

5.5.168. D) FUNDAÇÃO, INFILTRAÇÕES NO SOLO;

5.5.169. D) INFILTRAÇÃO ÁGUA;

5.5.170. D) VAZAMENTOS INVISÍVEIS;

5.5.171. D) PRESSÃO DA ÁGUA INADEQUADA;

5.5.172. D) ENTUPIMENTOS E REFLUXOS;

5.5.173. D) TEMPORAL CHUVA;

5.5.174. D) CHUVISCO/CHUVA;

5.5.175. D) SUBIDA DO NÍVEL ÁGUA ;

5.5.176. E) ANNELIDA [MINHOCA (OLIGOQUETAS)];

5.5.177. E) ARTHROPODA [INSETO];

5.5.178. E) ARTHROPODA [ABELHA (HIMENÓPTEROS)];

5.5.179. E) ARTHROPODA [ARANHAS];

5.5.180. E) ARTHROPODA [BARATA (BLATTODEA)];

5.5.181. E) ARTHROPODA [BESOUROS (COLEÓPTEROS)];

5.5.182. E) ARTHROPODA [CUPIM (ISÓPTEROS)];

5.5.183. E) ARTHROPODA [ESCORPIÃO (ARACNÍDEOS)];

5.5.184. E) ARTHROPODA [FORMIGA];

5.5.185. E) ARTHROPODA [MARIMBONDO/VESPA (VESPIDAE)];

5.5.186. E) ARTHROPODA [MOSQUITO (DÍPTEROS)];

5.5.187. E) ARTHROPODA [PERCEVEJO (HEMÍPTEROS)];

5.5.188. E) ARTHROPODA [PIOLHO-DE-LIVRO (PSOCÓPTEROS)];

5.5.189. E) ARTHROPODA [TRAÇA DE LIVROS (THYSANURA)];

5.5.190. E) CHORDATA [MORCEGO (QUIROPTEROS)];

5.5.191. E) CHORDATA [AVES];

5.5.192. E) CHORDATA [ROEDORES (RODENTIA)];

5.5.193. E) MOLLUSCA [CARAMUJO (GASTRÓPODES TERRESTRES)];

5.5.194. F) ALIMENTOS E BEBIDAS EM LOCAL DE ACERVO;

5.5.195. F) POEIRA;

5.5.196. F) POLUIÇÃO EXTREMA DO AR;

5.5.197. F) GERAÇÃO DE FUMAÇA (SEM ORIGEM DEFINIDA);

5.5.198. F) TEMPESTADE DE POEIRA;

5.5.199. G) ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL EXCESSIVA;

5.5.200. G) ILUMINAÇÃO NATURAL;

5.5.201. G) AMBIENTES ESCUROS;

5.5.202. H) GRANDE VARIAÇÃO DE TEMPERATURA;

5.5.203. H) TEMPERATURA BAIXA;

5.5.204. H) TEMPERATURA ALTA;

5.5.205. I) GRANDE VARIAÇÃO DE UMIDADE;

5.5.206. I) MOFO FUNGO;

5.5.207. I) ASCOMYCOTA [FUNGO];

5.5.208. I) ASCOMYCOTA [FUNGO ASPERGILLUS SPP.];

5.5.209. I) ASCOMYCOTA [FUNGO CLADOSPORIUM SPP.];

5.5.210. I) ASCOMYCOTA [FUNGO PENICILLIUM SPP.];

5.5.211. I) ASCOMYCOTA [FUNGO STACHYBOTRYS CHARTARUM];

5.5.212. I) BASIDIOMYCOTA [FUNGO COGUMELO (BASIDIOMICETOS)];

5.5.213. I) ZYGOMYCOTA [FUNGO MUCOR SPP.];

5.5.214. I) REINO MONERA [BACTÉRIAS];

5.5.215. I) UMIDADE ALTA;

5.5.216. I) UMIDADE BAIXA;

5.5.217. J) ERRO DE DADOS (CATÁLOGO/INVENTÁRIO);

5.5.218. J) PERDA DE DADOS (CATÁLOGO/INVENTÁRIO);

5.5.219. J) PERDA DE IDENTIFICAÇÃO (ACERVO);

5.5.220. J) PERDA DE LOCALIZAÇÃO (ACERVO);

5.5.221. J) PERDA DE ACESSO AOS (CATÁLOGO/INVENTÁRIO);

5.5.222. K) FALHA DO EQUIPAMENTO CLIMATIZAÇÃO;

5.5.223. K) FALHA DO EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO;

5.5.224. K) FALHA DO EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA;

5.5.225. K) FALHA NO SISTEMA DE COMBATE AO INCÊNDIO;

5.5.226. K) FALHA NO SISTEMA DE MONITORAMENTO CLIMÁTICO;

5.5.227. K) FALHA NO SISTEMA DE CFTV;

5.5.228. K) FALHA NO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO;

5.5.229. K) VENTILAÇÃO INSUFICIENTE;

5.5.230. K) FIAÇÃO EXPOSTA OU MAL INSTALADA;

5.5.231. K) FALTA DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS ELÉTRICOS;

5.5.232. K) QUADRO ELÉTRICO MAL POSICIONADO OU SEM IDENTIFICAÇÃO;


5.5.233. L) OUTROS

5.5.234. RELATÓRIOS

- 5.5.235. Relatório Mensal Climático: Contendo climograma da cidade do Rio de Janeiro, gráficos de situação/estatística mensal, cálculos de índices de preservação (Permanência, Risco de Fungos, etc.) e análise dos dados dos sensores SITRAD/CONCLIMA para todos os prédios.
- 5.5.236. Relatório de Ocorrências (MRO): Analítico e filtrado por período, local e tipo, apresentando totais, distribuição por gravidade, tempo médio de resposta e status de resolução.
- 5.5.237. Relatório de Indicadores (KPIs): Com métricas de desempenho como "Dias sem Ocorrências" por local, tendência do Risco Inerente e percentual de alertas validados.
- 5.5.238. Relatório de Riscos por Local: Avaliação específica da exposição a riscos de cada ambiente, listando e priorizando os riscos inerentes identificados.
- 5.5.239. Relatório de Ações de Mitigação: Acompanhamento do status (plano, andamento, concluído) e eficácia das ações implementadas para reduzir riscos.
- 5.5.240. Relatório de Auditoria (Log): Registro completo e filtrado de todas as alterações feitas no sistema (incluir, editar, cancelar) para rastreabilidade.
- 5.5.241. Relatório Sintético Executivo: Visão consolidada para a diretoria, com os principais tipos de ocorrência, mapa de calor de locais críticos e estado geral dos riscos ao acervo.
- 5.5.242. Formato: Todos os relatórios devem ser em PDF.

ANEXOS

TELAS DO SISTEMA MONITORAMENTO CLIMÁTICO

**Biblioteca Nacional**

MONITOR

CONSULTA

AMBIENTE	001) COMIC COFRE RELATÓRIO
DATA	30/09/2025 08:48
Temperatura	21.9 °C
Umidade	50.4 %
Temperatura do ponto de orvalho	11.13 °C
Amplitude de condensação	10.77 °C
Umidade absoluta	9.73 g/m3
Índice de permanência IP	0.79
Permanência em anos	35.55
Umidade de ativação de fungos no ambiente	70.67 %
Crescimento de fungos no ambiente:	0.00 dia(s)
Sem probabilidade de fungos no ambiente	
Sem probabilidade de oxidação de objetos em metal	
Sem condições de condensação	
RISCO BIOLÓGICO (INSETOS) MODERADO	

Tela do monitoramento SITRAD/CNCLIMA, apresentando so cálculos por ambiente

30/09/2025 08:51

001) - REL	002) - REL	003) - REL	004) - REL	005) - REL	006) - REL	007) - REL	008) - REL	009) - REL	010) - REL
TEMP 21.9	TEMP 24.2	TEMP 24.3	TEMP 24.1	TEMP 26.5	TEMP 24.4	TEMP 26.7	TEMP 24.7	TEMP 24.6	TEMP 20.9
UR 49.7	UR 53.9	UR 60.8	UR 51.3	UR 51.6	UR 61	UR 49.5	UR 58.1	UR 63.9	UR 63.4
IP 36.00	IP 25.20	IP 22.05	IP 27.00	IP 20.25	IP 22.05	IP 20.70	IP 22.05	IP 20.25	IP 31.95
FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00
011) - REL	012) - REL	013) - REL	014) - REL	015) - REL	016) - REL	017) - REL	018) - REL	019) - REL	020) - REL
TEMP 21.9	TEMP 24.3	TEMP 25.6	TEMP 24.4	TEMP 23.2	TEMP 24.2	TEMP 23.3	TEMP 27.6	TEMP 25.7	TEMP 24.8
UR 68.1	UR 70.4	UR 65.6	UR 48.9	UR 55.2	UR 56	UR 57.1	UR 32.7	UR 57.9	UR 56.3
IP 26.10	IP 19.35	IP 17.55	IP 27.45	IP 27.90	IP 24.30	IP 26.55	IP 27.90	IP 19.80	IP 22.50
FU 0.00	FU 142.42	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00
021) - REL	022) - REL	023) - REL	024) - REL	025) - REL	026) - REL				
TEMP 24.6	TEMP 24.6	TEMP 24.1	TEMP 24.9	TEMP 24.6	TEMP 24.5				
UR 60.8	UR 60.1	UR 62.3	UR 53.9	UR 54.4	UR 55.9				
IP 21.60	IP 21.60	IP 22.05	IP 23.40	IP 23.85	IP 23.40				
FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00				

LEGENDA - TEMP = Temperatura do Ar; UR = Umidade relativa do Ar; IP = Índice de Permanência; FU = Total de dias para formação de fungos

Monitoramento de ambientes, indicando, temperatura, umidade relativa, índice de permanência, probabilidade de fungos em cada ambiente.



ESTATÍSTICA	
Temperatura média	21,5
Umidade Relativa média	52,5
Desvio padrão de Temperatura (°C)	1,3
Desvio padrão de Umidade Relativa (%)	7,4
Média do Índice de Permanência em Anos (papel)	37,2
Total de registros com possibilidade para formação de fungos	5
Probabilidade de Stress Mecânico (objetos higroscópicos)	MÍNIMO

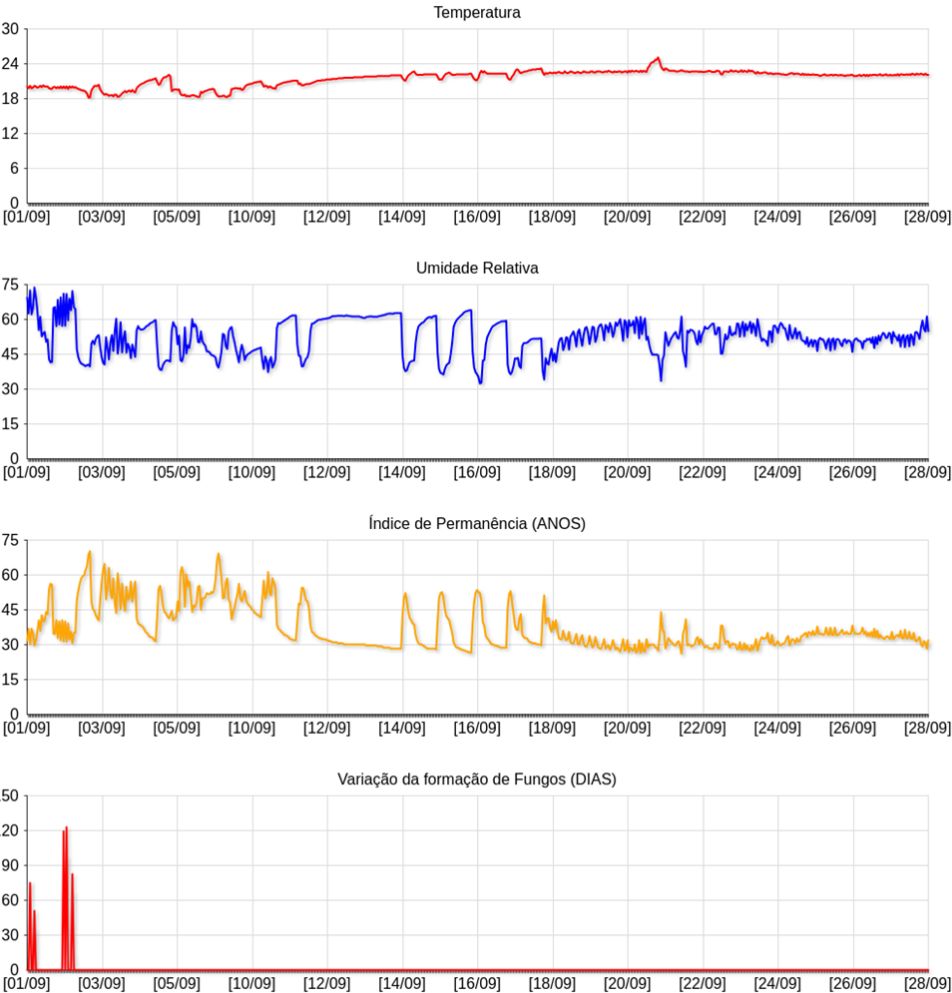


Gráfico de temperatura, umidade relativa, índice de permanência e probabilidade de fungos para cada ambiente.

TABELA DE DADOS				
DATA HORA	TEMPERATURA	UMIDADE	ÍNDICE DE PERMANÊNCIA (anos)	DIAS PARA FUNGOS
01/09/2025 00:00	20,1	69,4	31,95	0,00
01/09/2025 01:00	19,8	62,5	36,90	0,00
01/09/2025 02:00	20,2	72,5	30,15	75,06
01/09/2025 03:00	19,8	62,2	36,90	0,00
01/09/2025 04:00	19,9	64,7	35,10	0,00
01/09/2025 05:00	20,2	73,7	29,70	50,89
01/09/2025 06:00	20,1	69,5	31,95	0,00
01/09/2025 07:00	19,9	63,8	35,55	0,00
01/09/2025 08:00	20	55,4	40,50	0,00
01/09/2025 09:00	20,2	61,1	36,00	0,00
01/09/2025 10:00	20	52,7	42,75	0,00
01/09/2025 11:00	20,3	53,9	40,05	0,00
01/09/2025 12:00	20,1	54,6	40,50	0,00
01/09/2025 13:00	20,1	50,4	44,10	0,00
01/09/2025 14:00	20,1	51,3	43,20	0,00
01/09/2025 15:00	19,8	42,8	54,00	0,00

Tabela de dados de cada ambiente contendo: temperatura, umidade relativa, índice de permanência e probabilidade de fungos.



PESQUISA	
AMBIENTE	001) COMIC Cofre ▾
MÊS	AGOSTO ▾
ANO	2025 ▾
<div>PESQUISAR</div>	

Tela de consulta de dados, por AMBIENTE, MÊS, ANO



INCLUSÃO	LISTAGEM	PESQUISA	SINTESE	PAINEL	AVISO	LOG	SENHA	SAIR
----------	----------	----------	---------	--------	-------	-----	-------	------

Livro de Registro Operacional (LRO)

INCLUSÃO

DATA

30 / 09 / 2025

HORA

08

LOCAL:

001) COMIC COFRE

OCORRÊNCIA:

A) ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE

GRAVIDADE:

MUITO ALTA

DESCRIÇÃO:

ESCOLHER ARQUIVO IMAGEM (MÁXIMO 4MB):

Browse...

No file selected.

INCLUIR

Tela de inclusão de ocorrências



INCLUSÃO	LISTAGEM	PESQUISA	SINTESE	PAINEL	AVISO	LOG	SENHA	SAIR
----------	----------	----------	---------	--------	-------	-----	-------	------

LRO

LISTAGEM

LOCAL:

TODOS

OCORRÊNCIA:

TODOS

DATA INICIAL

dd / mm / aaaa

DATA FINAL

dd / mm / aaaa

AUTOR

TODOS

STATUS

ATIVOS

PESQUISAR


Tela de consulta de ocorrências

AMBIENTE: 001) COMIC COFRE



RESUMO GRAVIDADE TOTAL REGISTRADO EM 001) COMIC COFRE	TOTAL						
MUITO ALTA	8						
ALTA	1						
MÉDIA	0						
BAIXA	0						
MUITO BAIXA	0						
SEM CLASSE	90						
REGISTROS DA PESQUISA	DATA	HORA	LOCAL	OCORRÊNCIA	GRAVIDADE	DESCRIÇÃO	IMAGEM
df43bd80ca84ca8065d03de1352e015b	22/09/2025	15	001) COMIC Cofre	H) TEMPERATURA ALTA	SEM CLASSE	UMIDADE RELATIVA DO AR EM :44.5%; TEMPERATURA DO AR EM :25.1 C; ÍNDICE DE PERMANÊNCIA EM :27.45 ANOS; DIAS PARA FUNGOS :0.00	SEM IMAGEM
6df06baf42afdeb93583c57a513ff4bd	22/09/2025	09	001) COMIC Cofre	H) TEMPERATURA ALTA	ALTA	Temperatura da Sala Cofre da COMIC (23.9 graus) está fora do parâmetro recomendado (19-20 graus).	SEM IMAGEM
e14f9145974d53de7f17a11667fb3953	18/09/2025	11	001) COMIC Cofre	K) FALHA DO EQUIPAMENTO CLIMATIZAÇÃO	MUITO ALTA	Aparelho de ar condicionado que serve à Sala Cofre da COMIC apresentou congelamento, o que compromete seu funcionamento e a manutenção da temperatura nos parâmetros recomendados.	<a href="#">IMAGEM</a>

Tela consulta de registros por ambiente.

Biblioteca Nacional

LOCAL DA IMAGEM


001) COMIC COFRE

DATA DA OCORRÊNCIA

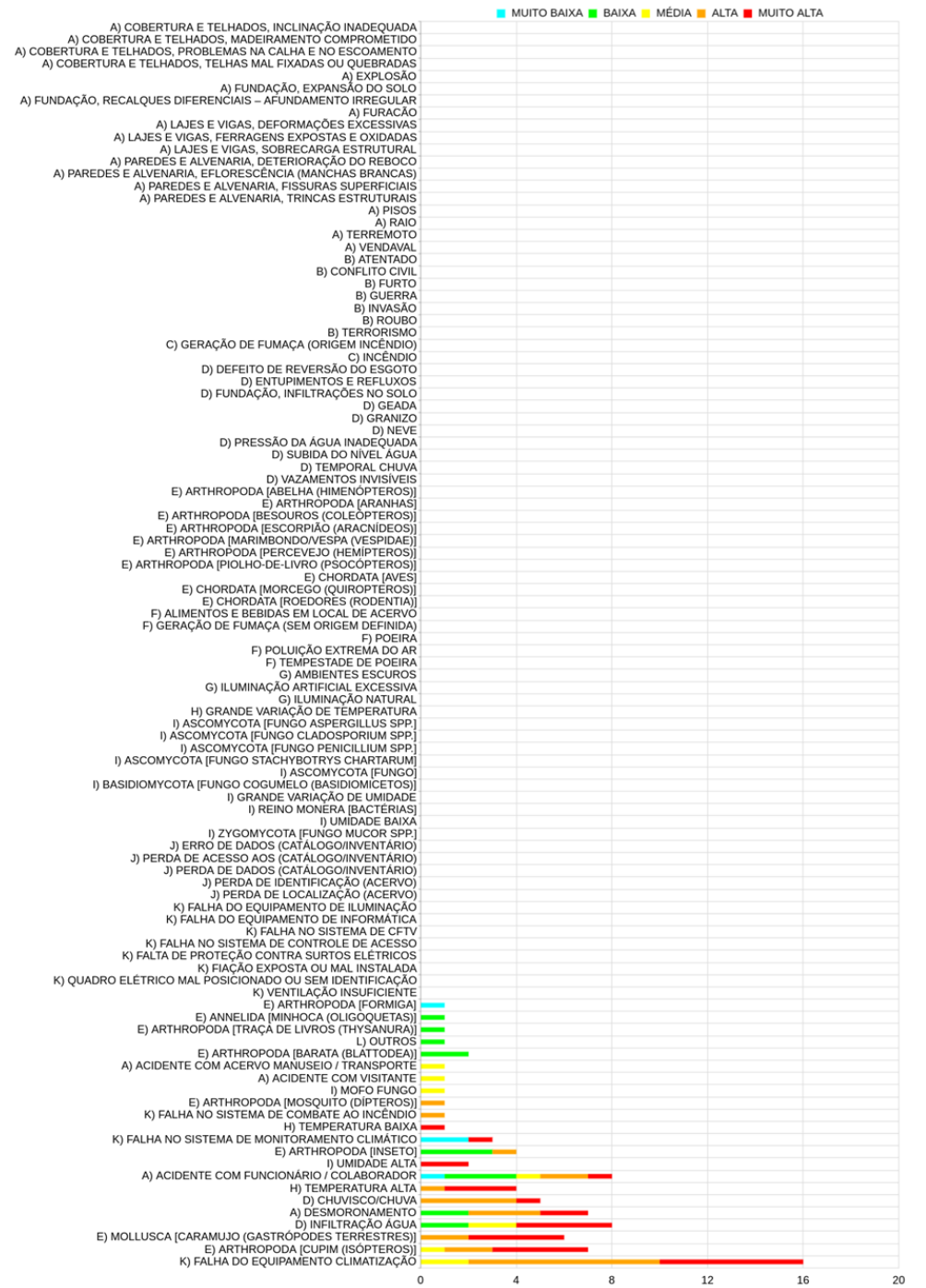
18/09/2025

TIPO DE OCORRÊNCIA

K) FALHA DO EQUIPAMENTO CLIMATIZAÇÃO











Tela de registro fotográfico da ocorrência.



Tela gráfico síntese com a distribuição de frequência das ocorrências.

## RISCO CLASSE IBRAM

RISCO	TOTAL DE Ocorrências Agrupadas
 <p>Forças Físicas</p>	17
 <p>Furto, Roubo e Vandalismo</p>	0
 <p>Fogo</p>	0
 <p>Água</p>	13
 <p>Pragas</p>	23
 <p>Poluentes</p>	0
 <p>Luz e Radiação Ultravioleta (UV) e Infravermelha</p>	0
 <p>Temperatura Incorreta</p>	5
 <p>Umidade Incorreta</p>	3

 Dissociação	0
 Tecnológico	20

Tela com o somatório dos riscos nas classes de riscos do Instituto Brasileiro de Museologia IBRAM.

E) ARTHROPODA [FORMIGA]	0.04	RISCO BAIXO
E) ANNELIDA [MINHOCA (OLIGOQUETAS)]	0.09	RISCO BAIXO
E) ARTHROPODA [TRAÇA DE LIVROS (THYSANURA)]	0.09	RISCO BAIXO
L) OUTROS	0.09	RISCO BAIXO
A) ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE	0.22	RISCO BAIXO
A) ACIDENTE COM VISITANTE	0.22	RISCO BAIXO
I) MOFO FUNGO	0.22	RISCO BAIXO
E) ARTHROPODA [BARATA (BLATTODEA)]	0.35	RISCO BAIXO
E) ARTHROPODA [MOSQUITO (DIPTEROS)]	0.35	RISCO BAIXO
K) FALHA NO SISTEMA DE COMBATE AO INCÊNDIO	0.35	RISCO BAIXO
H) TEMPERATURA BAIXA	0.49	RISCO BAIXO
K) FALHA NO SISTEMA DE MONITORAMENTO CLIMÁTICO	1.68	RISCO BAIXO
I) UMIDADE ALTA	1.86	RISCO BAIXO
E) ARTHROPODA [INSETO]	2.61	RISCO BAIXO
H) TEMPERATURA ALTA	7.08	RISCO BAIXO
D) CHUVISCO/CHUVA	9.78	RISCO BAIXO
A) ACIDENTE COM FUNCIONÁRIO / COLABORADOR	14.17	RISCO MÉDIO
A) DESMORONAMENTO	15.67	RISCO MÉDIO
E) MOLLUSCA [CARAMUJO (GASTRÓPODES TERRESTRES)]	15.67	RISCO MÉDIO
E) ARTHROPODA [CUPIM (ISÓPTEROS)]	19.92	RISCO MÉDIO
D) INFILTRAÇÃO ÁGUA	20.14	RISCO MÉDIO
K) FALHA DO EQUIPAMENTO CLIMATIZAÇÃO	100.00	RISCO EXTREMO

Tabela com o cálculo de risco INERENTE, metodologia TCU/TCU

OCCORRÊNCIA	GRAVIDADE	TOTAL	PROBABILIDADE EM 1 ANO
K) FALHA DO EQUIPAMENTO CLIMATIZAÇÃO	MUITO ALTA	6	0.07%
D) INFILTRAÇÃO ÁGUA	MUITO ALTA	4	0.05%
E) MOLLUSCA [CARAMUJO (GASTRÓPODES TERRESTRES)]	MUITO ALTA	4	0.05%
E) ARTHROPODA [CUPIM (ISÓPTEROS)]	MUITO ALTA	4	0.05%
H) TEMPERATURA ALTA	MUITO ALTA	3	0.03%
A) DESMORONAMENTO	MUITO ALTA	2	0.02%
I) UMIDADE ALTA	MUITO ALTA	2	0.02%
K) FALHA NO SISTEMA DE MONITORAMENTO CLIMÁTICO	MUITO ALTA	1	0.01%
D) CHUVISCO/CHUVA	MUITO ALTA	1	0.01%
H) TEMPERATURA BAIXA	MUITO ALTA	1	0.01%
A) ACIDENTE COM FUNCIONÁRIO / COLABORADOR	MUITO ALTA	1	0.01%
K) FALHA DO EQUIPAMENTO CLIMATIZAÇÃO	ALTA	8	0.09%
D) CHUVISCO/CHUVA	ALTA	4	0.05%
A) DESMORONAMENTO	ALTA	3	0.03%
E) MOLLUSCA [CARAMUJO (GASTRÓPODES TERRESTRES)]	ALTA	2	0.02%
E) ARTHROPODA [CUPIM (ISÓPTEROS)]	ALTA	2	0.02%
A) ACIDENTE COM FUNCIONÁRIO / COLABORADOR	ALTA	2	0.02%
E) ARTHROPODA [MOSQUITO (DIPTEROS)]	ALTA	1	0.01%
K) FALHA NO SISTEMA DE COMBATE AO INCÊNDIO	ALTA	1	0.01%
H) TEMPERATURA ALTA	ALTA	1	0.01%
E) ARTHROPODA [INSETO]	ALTA	1	0.01%
K) FALHA DO EQUIPAMENTO CLIMATIZAÇÃO	MÉDIA	2	0.02%
D) INFILTRAÇÃO ÁGUA	MÉDIA	2	0.02%
E) ARTHROPODA [CUPIM (ISÓPTEROS)]	MÉDIA	1	0.01%
I) MOFO FUNGO	MÉDIA	1	0.01%
A) ACIDENTE COM FUNCIONÁRIO / COLABORADOR	MÉDIA	1	0.01%
A) ACIDENTE COM VISITANTE	MÉDIA	1	0.01%
A) ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE	MÉDIA	1	0.01%
E) ARTHROPODA [INSETO]	BAIXA	3	0.03%
A) ACIDENTE COM FUNCIONÁRIO / COLABORADOR	BAIXA	3	0.03%
A) DESMORONAMENTO	BAIXA	2	0.02%
D) INFILTRAÇÃO ÁGUA	BAIXA	2	0.02%
E) ARTHROPODA [BARATA (BLATTODEA)]	BAIXA	2	0.02%
E) ANNELIDA [MINHOCA (OLIGOQUETAS)]	BAIXA	1	0.01%
E) ARTHROPODA [TRAÇA DE LIVROS (THYSANURA)]	BAIXA	1	0.01%
L) OUTROS	BAIXA	1	0.01%
K) FALHA NO SISTEMA DE MONITORAMENTO CLIMÁTICO	MUITO BAIXA	2	0.02%
A) ACIDENTE COM FUNCIONÁRIO / COLABORADOR	MUITO BAIXA	1	0.01%
E) ARTHROPODA [FORMIGA]	MUITO BAIXA	1	0.01%
H) TEMPERATURA ALTA	SEM CLASSE	3359	38.88%
I) UMIDADE ALTA	SEM CLASSE	2093	24.22%
I) MOFO FUNGO	SEM CLASSE	1497	17.33%
D) CHUVISCO/CHUVA	SEM CLASSE	915	10.59%
I) UMIDADE BAIXA	SEM CLASSE	207	2.40%
A) RAIO	SEM CLASSE	109	1.26%
D) TEMPORAL CHUVA	SEM CLASSE	24	0.28%
A) VENDAVAL	SEM CLASSE	1	0.01%
A) PISOS	SEM CLASSE	1	0.01%

Tela de cálculo de probabilidade de risco em 1 ano.



INCLUSÃO			LISTAGEM	PESQUISA	SINTESE	PAINEL	AVISO	LOG	SENHA	SAIR
PAINEL										
LISTAGEM			LOCAL		DIAS SEM OCORRÊNCIAS					
<div>PESQUISAR</div>			001) COMIC COFRE		8					
<div>PESQUISAR</div>			002) ICONOGRAFIA		18					
<div>PESQUISAR</div>			003) OBRAS RARAS		173					
<div>PESQUISAR</div>			004) ARMAZÉM DIOGE (SEXTO ANDAR)		9					
<div>PESQUISAR</div>			005) ARMAZÉM DIOGE (PRIMEIRO ANDAR)		SEM REGISTRO					
<div>PESQUISAR</div>			006) ARMAZÉM PERIÓDICOS (SEXTO ANDAR)		8					
<div>PESQUISAR</div>			007) MANUSCRITOS E CARTOGRAFIA		318					
<div>PESQUISAR</div>			008) CCE - COP		64					
<div>PESQUISAR</div>			009) LR - COP		7					
<div>PESQUISAR</div>			010) ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI		7					
<div>PESQUISAR</div>			011) LABORATÓRIO DE DIGITALIZAÇÃO		106					
<div>PESQUISAR</div>			012) SALÃO PERÓDICOS		50					
<div>PESQUISAR</div>			013) FRIGORIFICO		1					
<div>PESQUISAR</div>			019) CPP		4					
<div>PESQUISAR</div>			020) ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI (VITRINES)		40					
<div>PESQUISAR</div>			021) OBRAS RARAS (VITRINES)		SEM REGISTRO					
<div>PESQUISAR</div>			022) LAB. DE MICROFILMAGEM		285					
<div>PESQUISAR</div>			101) PORTARIA MÉXICO		SEM REGISTRO					
<div>PESQUISAR</div>			102) PORTARIA RIO BRANCO		SEM REGISTRO					

Tela de registro de dias sem ocorrências por ambiente.

ALTERAÇÃO => REGISTRO=ffb95353f6078132f6c4a112f5cdc69b:DATA=13/11/2024 112735:AUTOR=Ar  
ALTERAÇÃO => REGISTRO=306c74c62d5eee597e1b07456cf0d8f7:DATA=13/11/2024 112847:AUTOR=,  
INCLUSÃO => REGISTRO=0407bce838332dba8ee3e4c70e391e22:DATA=02/12/2024 120838:AUTOR=F  
ALTERAÇÃO => REGISTRO=2cd477ff87ebcfeaecb918fff6309df1:DATA=17/12/2024 114423:AUTOR=Maxir  
ALTERAÇÃO => REGISTRO=2cd477ff87ebcfeaecb918fff6309df1:DATA=17/12/2024 131439:AUTOR=Ma:  
ALTERAÇÃO => REGISTRO=2cd477ff87ebcfeaecb918fff6309df1:DATA=17/12/2024 131513:AUTOR=Ma:  
INCLUSÃO => REGISTRO=2d85bd88297d51b18f3cd2c34314a63e:DATA=17/12/2024 133702:AUTOR=C  
INCLUSÃO => REGISTRO=3500bbb859b119b1d0f8ebc8ed972ef0:DATA=17/12/2024 141827:AUTOR=Cl  
ALTERAÇÃO => REGISTRO=2d85bd88297d51b18f3cd2c34314a63e:DATA=17/12/2024 142958:AUTOR=,  
ALTERAÇÃO => REGISTRO=3500bbb859b119b1d0f8ebc8ed972ef0:DATA=17/12/2024 151814:AUTOR=,  
INCLUSÃO => REGISTRO=1ecb4b731e5aba80923c0b8de24b2f9a:DATA=19/12/2024 150731:AUTOR=C  
INCLUSÃO => REGISTRO=ac104b7f73b006e68784453aab0dd907:DATA=27/12/2024 094344:AUTOR=lv  
INCLUSÃO => REGISTRO=9dab8fe7a8b97436c35fba9781dbfbd7:DATA=07/01/2025 094648:AUTOR=Mz  
INCLUSÃO => REGISTRO=0ad6bc485c02d1269ad6832d17b07a6f:DATA=09/01/2025 093950:AUTOR=lv  
ALTERAÇÃO => REGISTRO=0ad6bc485c02d1269ad6832d17b07a6f:DATA=09/01/2025 094129:AUTOR=,

Controle de registro por usuários

INCLUSÃO

LISTAGEM

PESQUISA

SINTESE

PAINEL

AVISO

LOG

SENHA

SAIR

Administração de senha (LRO)

Alteração

DIGITE A SENHA NOVA

DIGITE NOVAMENTE A SENHA NOVA

GRAVAR

Controle de senha por usuário.

INCLUSÃO	LISTAGEM	PESQUISA	SÍNTESE	PAINEL	AVISO	LOG	SENHA	SAIR
<b>Aviso Meteorológico</b>								
<b>Número 49932</b>								
<p>Aviso: Chuvas Intensas                      Severidade: Perigo Potencial</p> <p>Início: 2025-02-22 09:29:00.0                      Fim: 2025-02-24 10:00:00.0</p> <p>Descrição INMET publica aviso iniciando em: 22/02/2025 09:29. Chuva entre 20 e 30 mm/h ou até 50 mm/dia, ventos intensos (40-60 km/h). Baixo risco de corte de energia elétrica, queda de galhos de árvores, alagamentos e de descargas elétricas.</p> <p>Áreas: Nordeste Paraense, Norte Pioneiro Paranaense, Sudeste Paraense, Ocidental do Tocantins, Oeste Maranhense, Noroeste Cearense, Centro-Sul Mato-grossense, Vale do Acre, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Metropolitana de Curitiba, Leste Maranhense, Marajó, Centro-Norte Piauiense, Leste de Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Campinas, Bauru, Piracicaba, Sul/Sudoeste de Minas, Itapetininga, Norte Maranhense, Centro Norte de Mato Grosso do Sul, Baixo Amazonas, Oriental do Tocantins, Norte Mato-grossense, Leste Rondoniense, Sudoeste Paraense, Ribeirão Preto, Araçatuba, Sudeste Mato-grossense, Nordeste Mato-grossense, Noroeste Paranaense, Sul Maranhense, Macro Metropolitana Paulista, Centro Amazonense, Marília, Sudoeste Piauiense, Norte Central Paranaense, Sudoeste de Mato Grosso do Sul, Norte do Amapá, Sudoeste Amazonense, Araraquara, Metropolitana de Belém, Pantaneis Sul Mato-grossense, Sul Fluminense, Vale do Paraíba Paulista, Sul Goiano, Sul Amazonense, Centro Maranhense, Centro Oriental Paranaense, Sudoeste Mato-grossense, Sertões Cearenses, Centro Ocidental Paranaense, Metropolitana de São Paulo, Assis, Norte Amazonense, Litoral Sul Paulista, Norte Piauiense, Centro-Sul Paranaense, Madeira-Guaporé, Sudeste Piauiense, Sul de Roraima, Vale do Juruá, Sul do Amapá, Oeste Paranaense, Extremo Oeste Baiano, Sudeste Paranaense, Metropolitana do Rio de Janeiro</p> <p>Link Gráfico <a href="https://alertas2.inmet.gov.br/49932">https://alertas2.inmet.gov.br/49932</a></p>								

Tela de avisos Meteorológicos

**ALERT-AS**  
CENTRO VIRTUAL PARA AVISOS DE EVENTOS METEOROLÓGICOS DE RISCO PARA A SEGURANÇA DA ALIMENTAÇÃO

**Instituto Nacional de Meteorologia**  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

**Aviso de:** Chuvas Intensas  
**Grau de severidade:** Perigo Potencial  
**Início:** 22/02/2025 09h29min  
**Fim:** 24/02/2025 10h00min

**Riscos Potenciais:**  
 INMET publica aviso iniciando em: 22/02/2025 09:29. Chuva entre 20 e 30 mm/h ou até 50 mm/dia, ventos intensos (40-60 km/h). Baixo risco de corte de energia elétrica, queda de galhos de árvores, alagamentos e de descargas elétricas.

**Instruções:**

- Em caso de rajadas de vento: (não se abrigue debaixo de árvores, pois há leve risco de queda e descargas elétricas e não estacione veículos próximos a torres de transmissão e placas de propaganda).
- Evite usar aparelhos eletrônicos ligados à tomada.
- Obtenha mais informações junto à Defesa Civil (telefone 199) e ao Corpo de Bombeiros (telefone 193).

**Municípios:**  
 Abaetetuba - PA (1500107), Abatiá - PR (4100103), Abel Figueiredo - PA (1500131), Abreulândia - TO (1700251), Açailândia - MA (2100055), Acará - PA (1500206), Acaraú - CE (2300200), Acorizal - MT (510... [VEJA MAIS](#))

Tela do Aviso do Instituto Nacional de Meteorologia

## Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

#### **Preposto**

6.6. *O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.*

6.7. *O Contratado Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do contrato.*

6.8. *O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade."*

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

*6.16.1. Análise do perfeito funcionamento da assinatura online;*

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

## 6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório técnico e o funcionamento da assinatura online para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Relatório Fiscalização Técnico;

7.4.2. Recebimento do relatório mensal e suas considerações;

7.4.3. Análise e verificação do perfeito funcionamento dos equipamentos;

7.4.4. Relatório de Fiscalização administrativo;

7.4.5. Relatório de gestor de contrato;

## Recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
  - 7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
  - 7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA / IBGE de correção monetária.

## Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/10/2025.

*7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA / IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

*7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

*7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

*7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

*7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

*7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.”

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

### **Regime de Execução**

9.2. *O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.*

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis ..... *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

9.29. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.29.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1(um) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.31. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **Documentação complementar para cooperativas**

9.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.36.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.36.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.36.6.1. ata de fundação;

9.36.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.36.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.36.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.36.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.36.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.36.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ R\$ 71.333,36 (setenta e um mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela comparativa de preços elaborada pelo setor de compras desta FBN.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 34209/344042;
- II. Fonte de recursos: 0100;
- III. Programa de trabalho: 13.391.2027.20ZH.0001;
- IV. Elemento de despesa: 3390.40.07; e
- V. Plano interno: 18F10260BNA-Captação, Preservação e Disponibilização de Acervos Bibliográficos e Documentais.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2026

---

Sirle Rebeca Simas Rodrigues

Coordenadora

Coordenação de Preservação

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SIRLE REBECA SIMAS RODRIGUES**

Coordenadora de preservação



*Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 09:57:56.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP344042\_000095\_2025 (1).pdf (2.16 MB)

## FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

## Estudo Técnico Preliminar 95/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01430.000376/2025-83

## 2. Descrição da necessidade

Contratação de serviços que siga os protocolos de gestão de riscos desenvolvidos pela Fundação Biblioteca Nacional para o controle dos parâmetros climatológicos nas áreas de guarda de acervos, na sala cofre da COMIC, nos laboratórios e nos espaços expositivos da Fundação Biblioteca Nacional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
coordenação de preservação	sirle rebecca simas rodrigues

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

5. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 dias da assinatura do contrato OU da emissão da nota de empenho;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Análise e levantamento das condições dos equipamentos Datalogger instalados nas áreas de controle

5.1.2.2. Substituição dos Datalogger em caso de defeito, fornecidos pela FBN.

5.1.2.3. Sistema de Monitoramento de Riscos: descrição dos utilizadores, o sistema de monitoramento de risco para que os técnicos qualificados possam desenvolver atividades de vigilância, análise, diagnóstico e mitigação de riscos; perfis dos utilizadores, Conservadores, Restauradores, Bibliotecários, Arquivistas, Apoio administrativo; ambiente de trabalho, os técnicos utilizarão computador IBM-PC para acessar o sistema disponibilizado pela contratada.

A execução dos serviços será iniciada 5 dias da assinatura do contrato com a vencedora do certame, na forma que segue:

5.1.3. Visita nas áreas de controle climático 01 (uma) vez por mês para análise do ambiente e ajustes que se fizerem necessário— em dias úteis e 9:00 às 18:00 horas, sendo permitida a retirada do equipamento para reparo em caso de necessidade e com autorização do fiscal do contrato;

5.1.4. A execução do controle climático se dará 5 dias da assinatura do contrato entre a FBN e a empresa vencedora do certame;

5.1.5. As peças que forem necessárias a sua substituição deverão ser adquiridas pela FBN/setor de compras através de cotação de preço contendo 03 propostas para aquisição.

5.1.6. O reparo ou substituição dos **datalogger** deverá ser efetuado sempre que necessário e em até 24 horas após a aquisição das peças com acompanhamento da equipe de manutenção da FBN;

5.1.7. Verificar o estado de funcionamento da rede de dados RS485 SITRAD;

5.1.8. Realizar visita acompanhado da equipe de manutenção da Biblioteca Nacional para a manutenção preventiva, corretiva ou evolutiva da rede SITRAD;

5.1.9. Instalar novos sensores acompanhado da equipe de manutenção da Biblioteca Nacional;

5.1.10. Projetar vitrines climatizadas e incorporar ao sistema SITRAD;

5.1.11. Realizar a programação da interface de captura de dados da rede SITRAD;

5.1.12. Realizar estudos de eficiência energética contemplando dados meteorológicos das estações meteorológicas SBRJ (Força Aérea Brasileira) e A652 (Instituto Nacional de Meteorologia) e dados internos Biblioteca Nacional;

5.1.13. Prover laudos de gestão de RISCOS (água, temperatura, umidade, microorganismos, stress mecânico) em função das condições de temperatura e umidade oriundos do sistema SITRAD;

5.1.14. Prover dados de Temperatura, Temperatura do ponto de orvalho, Umidade, Vento, Nebulosidade, Precipitação e Radiação Solar das estações meteorológicas SBRJ (Força Aérea Brasileira) e A652 (Instituto Nacional de Meteorologia) em tempo real, horária, no site web da empresa contratada;

O sistema da empresa contratada deverá capturar os dados de temperatura e umidade do SITRAD para consulta e o efetivo cálculo em tempo real e disponível em tempo real no site web da contratante:

5.1.15. Temperatura do ponto de orvalho

O ponto de orvalho é em definição técnica a temperatura para a qual a umidade relativa da massa de ar em consideração atinge 100%. Temperaturas maiores implicam maior quantidade de vapor admissível. Ao se baixar a temperatura, a quantidade máxima de vapor de água admissível no sistema decresce e a umidade relativa da massa de ar aumenta, mesmo mantendo-se a mesma massa de vapor dissolvida. O ponto de orvalho depende, entre outros, da umidade absoluta do ar. Aumentando-se a quantidade de vapor de água dissolvido em uma dada massa de ar, eleva-se o ponto de orvalho. Massas úmidas de ar têm pontos de orvalho superiores às massas de ar mais secas quando sob a mesma pressão. Quanto mais próximas a temperatura do ponto de orvalho e a temperatura do ar maior será a probabilidade de condensação sobre os objetos.

5.1.16. Amplitude de condensação

É a diferença entre a temperatura do ar e a temperatura do ponto de orvalho, caso a diferença seja menor que 1 grau celsius maior a probabilidade de absorção de vapor d'água pelos objetos em papel.

5.1.17. Umidade absoluta

A umidade absoluta é toda a água presente no ar em determinada parte da atmosfera expressa em metros cúbicos e o ponto de saturação é a quantidade máxima de vapor de água que poderia haver sob determinada temperatura. 1 grama de vapor d'água por metro cúbico equivale aproximadamente à 1 milímetro em suspensão.

5.1.18. Índice de permanência IP

Os papéis que, por exemplo, tenham alcançado um determinado estado quebradiço em 45 anos sob as condições iniciais, alcançariam o mesmo estado em noventa anos sob as novas condições, uma vez que sua taxa de deterioração foi reduzida à metade. De forma similar, papéis com expectativa de vida de duzentos anos teriam sua permanência estendida para quatrocentos anos. É a razão das taxas de deterioração que o gerente de preservação pode controlar através de alterações na temperatura e percentual de umidade relativa das áreas de armazenamento de coleções. Não é possível alterar fatores não-ambientais como tipo e comprimento de fibras, grau de aquecimento de pastas, gramaturas, espessuras e assim por diante, fatores que influenciam a taxa de deterioração absoluta de um determinado papel.

5.1.19 Permanência em anos

Anos de permanência do objeto em condições de temperatura e umidade. A partir do índice de permanência é possível calcular em anos o tempo para que o documento torne-se quebradiço nas condições em que se encontra.

5.1.20. Umidade de ativação de fungos no ambiente

Cálculo da umidade a partir da qual o fungo inicia seu crescimento, compreendendo classes I, II, III, IV e V, cada classe possui um estágio bem definido de desenvolvimento dos fungos.

5.1.21. Crescimento de fungos no ambiente:

São os números de dias necessários para o crescimento de fungos, de forma genérica sem especificar o tipo.

5.1.22. Probabilidade de fungos no ambiente.

Diagnóstico se há probabilidade de formação de fungos



#### 5.1.23. Probabilidade de oxidação de objetos em metal

É um alerta para a probabilidade de oxidação de objetos que possuam ligas metálicas em sua composição, de forma genérica adota-se que acima 65% de umidade relativa o ambiente propicia a oxidação.

#### 5.1.24. Condições de condensação

Se há condições do vapor d'água em suspensão condensar no ambiente e interagir como objeto.

Cálculo estatístico mensal de:

#### 5.1.25. Temperatura média

#### 5.1.26. Umidade Relativa média

#### 5.1.27. Desvio padrão de Temperatura (°C)

#### 5.1.28. Desvio padrão de Umidade Relativa (%)

#### 5.1.29. Média do Índice de Permanência em Anos (papel)

#### 5.1.30. Total de registros (horas) com possibilidade para formação de fungos

#### 5.1.31. Probabilidade de Stress Mecânico (objetos higroscópicos)

Todos os dados de temperatura, umidade, índice permanência e dias para fungos deverão ser auditáveis, e disponibilizados em servidor web da contratante.

#### Sistema de Monitoramento de Riscos FBN

#### 5.1.32. Perspectiva do produto, receber os registros internos, externos e disponibilizá-los na rede FBN através da WAN – (internet).

#### 5.1.33. Indicações da posição do produto, como se trata de um sistema único deverá atender as necessidades da FBN, podendo ser customizável.

#### 5.1.34. Sumário das capacidades, o sistema deverá possuir a capacidade de absorver dados da rede SITRAD e da rede de meteorologia (FAB – Força Área Brasileira, INMET Instituto Nacional de Meteorologia e INEA Instituto Estadual Ambiental).

#### 5.1.35. Suposições e dependências, o sistema deve ser capaz de dar acesso a rede FBN para difusão ou captura de dados e enviar avisos através da rede correio eletrônico.

#### 5.1.36. Requisitos de produtos: o sistema Monitoramento de Riscos será executado na centra de processamento de dados da empresa contratada, que garantirá o acesso 24h por dia, executará a manutenção de versões, controlará o acesso de usuários.

#### 5.1.37. Requisitos de usabilidade (facilidade de uso). A empresa contratada proporcionará treinamento para os usuários do sistema.

#### 5.1.38. Requisitos de confiabilidade. A empresa contratada garantirá o funcionamento do sistema com alta disponibilidade, por se tratar de um sistema para o setor de emergência e segurança.

#### 5.1.39. Requisitos de portabilidade. o sistema deverá ser executado em qualquer plataforma DESKTOP.

#### 5.1.40. Requisitos organizacionais: O sistema deverá estar disponível para todos os usuários determinados pela FBN.

Requisitos de entrega. relatório de acompanhamento deverá ser fornecido mensalmente.

#### 5.1.41. Requisitos de padrões. Procedural sob a plataforma WEB

#### 5.1.42. Requisitos de interoperabilidade. O sistema provê API (Application Program Interface para extração de relatórios.

#### 5.1.43. Requisitos éticos. O sistema não apresentará aos usuários quaisquer dados de cunho privativo.

#### 5.1.44. Requisitos legais. O sistema deverá atender às normas legais, tais como padrões, leis LGPD Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, etc.

#### 5.1.45. DESCRIÇÃO DO GERAL DO SISTEMA. Módulo Inclusão de ocorrência, deverá conter os metadados: data; hora; local; tipo de ocorrência; gravidade conforme nomenclatura CGU; e descrição da ocorrência (texto livre). Respostas: ocorrência incluída ou ocorrência não incluída.

#### OCORRÊNCIAS:

ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE;

ACIDENTE COM FUNCIONÁRIO / COLABORADOR;

ACIDENTE COM VISITANTE;

DESMORONAMENTO;

EXPLOSÃO;

FURACÃO ;

RAIO;

TERREMOTO ;

VENDAVAL;

ATENTADO;

FURTO;

GUERRA;

INVASÃO ;

ROUBO ;

TERRORISMO;

GERAÇÃO DE FUMAÇA (ORIGEM INCÊNDIO);

INCÊNDIO;

DEFEITO DE REVERSÃO DO ESGOTO;

GEADA;

GRANIZO;

INFILTRAÇÃO ÁGUA;

TEMPORAL CHUVA;

SUBIDA DO NÍVEL ÁGUA ;

INFESTAÇÃO INSETOS;

INFESTAÇÃO ROEDORES;

POEIRA;

POLUIÇÃO EXTREMA DO AR;

GERAÇÃO DE FUMAÇA (SEM ORIGEM DEFINIDA);

TEMPESTADE DE POEIRA;

ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL EXCESSIVA;

ILUMINAÇÃO NATURAL;

GRANDE VARIAÇÃO DE TEMPERATURA;

TEMPERATURA BAIXA;

TEMPERATURA ALTA;

GRANDE VARIAÇÃO DE UMIDADE;

MOFO FUNGO;

UMIDADE ALTA;

UMIDADE BAIXA;

PERDA DE DADOS (CATÁLOGO/INVENTÁRIO);

PERDA DE IDENTIFICAÇÃO (ACERVO);

PERDA DE LOCALIZAÇÃO (ACERVO);

FALHA DO EQUIPAMENTO CLIMATIZAÇÃO;

FALHA DO EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO;

FALHA DO EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA;

FALHA NO SISTEMA DE COMBATE AO INCÊNDIO;

FALHA NO SISTEMA DE MONITORAMENTO CLIMÁTICO;

FALHA NO SISTEMA DE CFTV;

FALHA NO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO;

OUTROS

5.1.46. O sistema deverá registrar a gravidade conforme nomenclatura da Controladoria Geral da União (CGU) para gestão de riscos: MUITO ALTA; ALTA; MÉDIA; BAIXA; MUITO BAIXA;

5.1.47. Módulo Listagem de ocorrência, deverá possibilitar a busca por: local; ocorrência; data inicial; data final; autor; status (ATIVO, CANCELADO ou TODOS). Apresentará as opções edição e cancelamento. Respostas: listagem com as ocorrências cadastradas; execução das edições; cancelamento de uma ocorrência, mantendo o registro na base de dados.

5.1.48. Módulo Pesquisa de ocorrências, deverá possibilitar a estatística de ocorrências por: local e tipo de ocorrência. Respostas: listagem das ocorrências no ambiente escolhido; gráfico da porcentagem da ocorrência no ambiente por gravidade conforme nomenclatura CGU; contagem das ocorrências por gravidade.

5.1.49. Módulo Síntese, este módulo executará a estatística produzindo um gráfico de barras acumulada, por tipo de ocorrência e gravidade; agrupamento das ocorrências em classes de riscos definidos pelo IBRAM (forças físicas, furto roubo e vandalismo, fogo, água, pragas, poluentes, luz, radiação ultravioleta, infravermelha, umidade incorreta e tecnológico); cálculo do nível risco inerente conforme CGU1; calculará a totalização das ocorrências e cálculo da probabilidade nos último 365 dias.

5.1.50. Módulo Painel, este módulo apresentará a listagem de locais e número de dias sem ocorrências, data atual subtraída da data do último registro de ocorrência.

5.1.51. Módulo Log, este módulo apresentará todas as alterações executadas pelos usuários no sistema.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

Os serviços serão prestados no seguintes endereços:

Av Rio Branco, 219, Centro, Rio de Janeiro, na sede da FBN/RJ;

Predio Anexo, Av. Rodrigues Alves 509 Rio de Janeiro, RJ 20220-360

Casa da Leitura- R. Pereira da Silva, 86 - Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, 22221-140

Teleporto/ Edifício Capanema - Av. Pres. Vargas, 3131 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, 20210-030 / R. da Imprensa, 16 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20030-120<sup>TM</sup>

Rua Debret , n 23.

Os serviços serão prestados remotamente, online, com monitoramento 365 dias no ano, com duas visitas mensais no seguinte horário: segunda a sexta no horário de 09:00 horas às 17:00 horas de Brasília;

*Rotinas a serem cumpridas*

*A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo*

5.1.52. Análise do sistema e suas medições durante o mês

- 5.1.53. Análise do sistema de monitoramento de riscos durante o mês
- 5.1.54. Elaborar e enviar avisos meteorológicos que possam causar riscos
- 5.1.55. Verificação do perfeito funcionamento dos equipamentos Datalogger
- 5.1.56. Elaboração de relatório mensal de monitoramento climático
- 5.1.57. Elaboração de relatório mensal de monitoramento de riscos
- 5.1.58. Propor melhorias para o melhor controle da umidade e temperatura
- 5.1.59. Propor mitigação de riscos ao acervo da FBN através do uso de ferramentas do tipo bowtie
- 5.1.60. Duas visitas mensais e ou em caso de necessidade sem custo para a FBN.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a execução de sua tarefa:

01 (um) Aparelho MT532 ou TCP485 Fullgauge ou similar em caso de necessidade de troca

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

*A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

*Deverá realizar o monitoramento e controle climático das salas monitoradas através do sistema SITRAD ou similar e que permita a inserção de dados no sistema e acesso remoto.*

*\* Ambientes a serem monitorados, mediante a realização de relatórios mensais:*

01) COORDENADORIA DE MICRORREPRODUÇÃO – COMIC

02) ICONOGRAFIA 1

03) ICONOGRAFIA 2

04) OBRAS RARAS

05) ARMAZÉM DE OBRAS GERAIS (SEXTO ANDAR) – DIOGE

06) ARMAZÉM DE OBRAS GERAIS (PRIMEIRO ANDAR) - DIOGE

07) ARMAZÉM PERIÓDICOS (SEXTO ANDAR)

08) MANUSCRITOS E CARTOGRAFIA 1

09) MANUSCRITOS E CARTOGRAFIA 2

10) COORDENADORIA DE PRESERVAÇÃO – CCE

11) LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO – LR

12) ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI 1

13) ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI 2

14) ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI

15) LABORATÓRIO DE DIGITALIZAÇÃO 1

16) LABORATÓRIO DE DIGITALIZAÇÃO 2

17) OBRAS RARAS 2

18) FRIGORÍFICO

19) VITRINE 1 - ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI

- 20) VITRINE 2 - ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI
- 21) VITRINE 3 - ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI
- 22) VITRINE 4 - ESPAÇO CULTURAL ELISEU VISCONTI
- 23) VITRINE 1 – OBRAS RARAS
- 24) VITRINE 2 – OBRAS RARAS
- 25) CASA DA LEITURA
- 26) MÚSICA – EDIFÍCIO TELEPORTO / CAPANEMA
- 27) CENTRO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO 3º ANDAR
- 29) BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA
- 30) PRÉDIO ANEXO

Exemplos de monitoramento remoto EXTERNO:

ESTAÇÃO - Aeroporto Regional Rio de Janeiro - SBRJ	
DATA HORA	22/07/2024 09:00
DIREÇÃO DO VENTO	Norte
VELOCIDADE DO VENTO	3 m/s
TEMPERATURA DO AR	20.0°C
TEMPERATURA O PONTO DE ORVALHO	18.0°C
UMIDADE RELATIVA DO AR	88%
UMIDADE ABSOLUTA DO AR	15.2 g/m³
PRECIPITAÇÃO	0.00 mm - Sem chuva
NEBULOSIDADE	Céu Claro
CONFORTO TÉRMICO EXTERNO TEV	13.9 - Ligeiramente frio - Resfriamento do corpo
ESTATÍSTICA - RIO DE JANEIRO	
DATA HORA	21/07/2024
TEMPERATURA MÁXIMA	23.0°C
UMIDADE MÁXIMA	88.0%
TEMPERATURA MÍNIMA	19.0°C
UMIDADE MÍNIMA	69.0%
TEMPERATURA MÉDIA	20.7°C

Acesso remoto dados SITRAD/CONCLIMA com diagnóstico:

AMBIENTE	001) COMIC Cofre RELATÓRIO
DATA	22/07/2024 10:02
Temperatura	18.6 °C
Umidade	43.5 %
Temperatura do ponto de orvalho	5.96 °C
Amplitude de condensação	12.64 °C
Umidade absoluta	6.92 g/m3
Índice de permanência IP	1.36
Permanência em anos	61.20
Umidade de ativação de fungos no ambiente	71.30 %
Crescimento de fungos no ambiente:	0.00 dia(s)
Sem probabilidade de fungos no ambiente	
Sem probabilidade de oxidação de objetos em metal	
Sem condições de condensação	
RISCO BIOLÓGICO (INSETOS) BAIXO	

Painel de monitoramento:

22/07/2024 10:02

001) - REL	001) COMIC Cofre	003) - REL	004) - REL	005) - REL	006) - REL	007) - REL	008) - REL	009) - REL	010) - REL
TEMP 18.6	TEMP 24.4	TEMP 24.3	TEMP 23.7	TEMP 24.9	TEMP 23.2	TEMP 25.6	TEMP 23.9	TEMP 23.5	TEMP 24.2
UR 43.5	UR 53.6	UR 60	UR 56	UR 57.7	UR 64.6	UR 54.2	UR 63.3	UR 67.5	UR 60.7
IP 61.20	IP 24.75	IP 22.50	IP 25.65	IP 21.60	IP 23.85	IP 21.15	IP 22.50	IP 22.05	IP 22.50
FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00
011) - REL	012) - REL	013) - REL	014) - REL	015) - REL	016) - REL	017) - REL	018) - REL	020) - REL	021) - REL
TEMP 23.9	TEMP 23.8	TEMP 25	TEMP 24.4	TEMP 22.4	TEMP 24.1	TEMP 23.6	TEMP 19.7	TEMP 24.2	TEMP 23.9
UR 71.6	UR 74.5	UR 69	UR 45.1	UR 48.9	UR 60.8	UR 64.8	UR 77.7	UR 62.8	UR 69.7
IP 19.80	IP 19.35	IP 18.00	IP 29.70	IP 34.65	IP 22.50	IP 22.50	IP 30.15	IP 21.60	IP 20.25
FU 99.45	FU 39.05	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 14.00	FU 0.00	FU 0.00
022) - REL	023) - REL	024) - REL	025) - REL						
TEMP 23.9	TEMP 23.4	TEMP 24	TEMP 24.7						
UR 67.3	UR 68.1	UR 56.6	UR 55.2						
IP 21.15	IP 22.05	IP 24.75	IP 23.40						
FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00	FU 0.00						

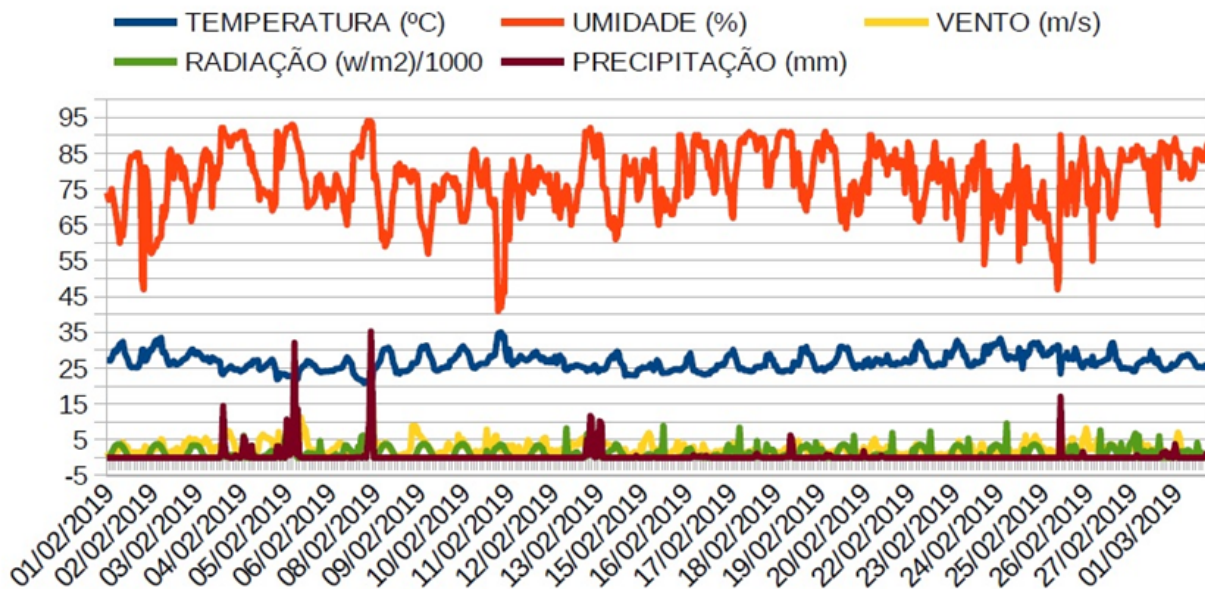
LEGENDA - TEMP = Temperatura do Ar; UR = Umidade relativa do Ar; IP = Índice de Permanência; FU = Total de dias para formação de fungos

Relatórios:

Cada relatório é acrescido de um climograma da cidade do Rio de Janeiro.

Exemplo: Gráficos de situação/estatística mensal:

## Climograma Rio de Janeiro - FEVEREIRO 2019



Acesso aos relatórios

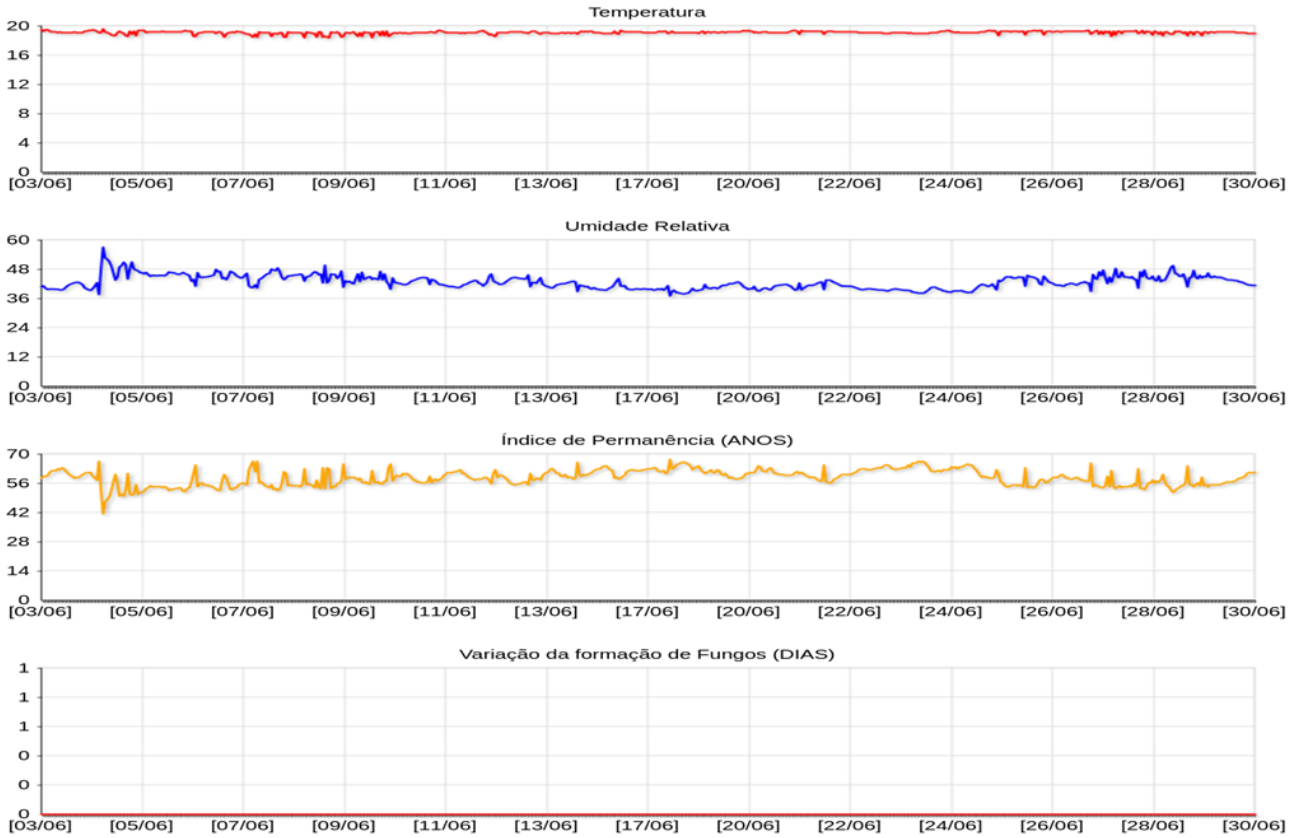


## Biblioteca Nacional

PESQUISA	
AMBIENTE	001) COMIC Cofre ▾
MÊS	JANEIRO ▾
ANO	2024 ▾
PESQUISAR	2024 2023 2022 2021 2020

Resposta Estatística e Gráfico:

ESTATÍSTICA	
Temperatura média	19,1
Umidade Relativa média	42,7
Desvio padrão de Temperatura (°C)	0,2
Desvio padrão de Umidade Relativa (%)	2,8
Média do Índice de Permanência em Anos (papel)	58,7
Total de registros com possibilidade para formação de fungos	0
Probabilidade de Stress Mecânico (objetos higroscópicos)	MÍNIMO



Resposta tabela de dados, granularidade Anula/Mensal/Horária:



TABELA DE DADOS				
DATA HORA	TEMPERATURA	UMIDADE	ÍNDICE DE PERMANÊNCIA (anos)	DIAS PARA FUNGOS
03/06/2024 13:00	19,5	40,9	58,50	0,00
03/06/2024 14:00	19,3	41,2	59,40	0,00
03/06/2024 15:00	19,5	40,2	59,40	0,00
03/06/2024 16:00	19,5	39,8	59,85	0,00
03/06/2024 17:00	19,3	39,9	61,20	0,00
03/06/2024 18:00	19,2	39,9	62,10	0,00
03/06/2024 19:00	19,2	39,9	62,10	0,00
03/06/2024 20:00	19,2	39,8	62,10	0,00
03/06/2024 21:00	19,1	39,8	63,00	0,00
03/06/2024 22:00	19,2	39,6	62,55	0,00
03/06/2024 23:00	19,1	39,6	63,45	0,00
04/06/2024 00:00	19,1	39,9	63,00	0,00
04/06/2024 01:00	19,1	40,8	61,65	0,00
04/06/2024 02:00	19,1	41,4	60,75	0,00
04/06/2024 03:00	19,1	41,9	59,85	0,00
04/06/2024 04:00	19,1	42,2	59,40	0,00
04/06/2024 05:00	19,2	42,5	58,50	0,00
04/06/2024 06:00	19,1	42,7	58,95	0,00
04/06/2024 07:00	19,1	42,7	58,95	0,00
04/06/2024 08:00	19,1	42,3	59,40	0,00
04/06/2024 09:00	19,1	41,7	60,30	0,00
04/06/2024 10:00	19,3	40,4	60,75	0,00
04/06/2024 11:00	19,3	40	61,20	0,00
04/06/2024 12:00	19,4	39,6	61,20	0,00
04/06/2024 13:00	19,4	39,4	61,20	0,00
04/06/2024 14:00	19,5	40,1	59,40	0,00

INCLUSÃO		LISTAGEM	PESQUISA	SINTESE	PAINEL	LOG	SAIR
Livro de Registro Operacional (LRO)				INCLUSÃO			
DATA				22 / 07 / 2024 			
HORA				10 			
LOCAL:				001) COMIC Cofre 			
OCORRÊNCIA:				A) ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE 			
GRAVIDADE:				MUITO ALTA 			
DESCRIÇÃO:				MUITO ALTA			
				ALTA			
				MÉDIA			
				BAIXA			
				MUITO BAIXA			

INCLUIR

Inclusão de ocorrências

INCLUSÃO		LISTAGEM	PESQUISA	SINTESE	PAINEL	LOG	SAIR
LRO		PESQUISA					
LOCAL:		TODOS 					
OCORRÊNCIA:		TODOS 					
DATA INICIAL		dd / mm / aaaa 					
DATA FINAL		dd / mm / aaaa 					
AUTOR		TODOS 					
STATUS		TODOS					
		Maximiano Machado					
		Rebeca Simas					
		Antonio					
		CONCLIMA					

PESQUISAR

Pesquisa de ocorrências

Biblioteca Nacional

Monitoramento de Riscos - FBN, Olá Antonio! DATA: 22/07/2024

INCLUSÃO	LISTAGEM	PESQUISA	SINTESE	PAINEL	LOG	SAIR		
Total de objetos 240		LISTAGEM DE REGISTROS						
REGISTRO	DATA	HORA	LOCAL	OCORRÊNCIA	GRAVIDADE	DESCRIÇÃO	AUTOR	CONTROLE
5534ec0740b53db156a23aecb17acfa9	22/07/2024	09	013) FRIGORÍFICO	I) MOFO FUNGO	SEM CLASSE	UMIDADE RELATIVA DO AR EM :83.6%; TEMPERATURA DO AR EM :18.7 C; ÍNDICE DE PERMANÊNCIA EM :31.50 ANOS; DIAS PARA FUNGOS :3.29	CONCLIMA	<div>EDITAR</div> <div>APAGAR</div>
7fdd0f3ca825688f24bf65e65d320eff	22/07/2024	08	999) EXTERNO	I) UMIDADE ALTA	SEM CLASSE	DATA HORA: 22-07-2024 08:00 VENTO: Norte VELOCIDADE DO VENTO: 2 m/s TEMPERATURA DO AR: 18.0C TEMPERATURA O PONTO DE ORVALHO: 16.0C UMIDADE RELATIVA DO AR: 88% UMIDADE ABSOLUTA DO AR: 13.5 g/m³ NEBULOSIDADE: Ceu Claro CONDIÇÕES DO TEMPO: NEVOA UMIDA CONFORTO TÉRMICO EXTERNO TEV: 12.6 - Moderadamente frio AUTOR: CONCLIMA =	CONCLIMA	<div>EDITAR</div> <div>APAGAR</div>

Gestão de ocorrências



RESUMO GRAVIDADE TOTAL REGISTRADO!	TOTAL
MUITO ALTA	1
ALTA	0
MÉDIA	1
BAIXA	0
MUITO BAIXA	0
SEM CLASSE	0









REGISTROS DA PESQUISA	DATA	HORA	LOCAL	OCORRÊNCIA	GRAVIDADE	DESCRIÇÃO	AUTOR
985b0c1475053aad6350bd21affb383d	07/07/2024	16	001) COMIC Cofre	A) ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE	MUITO ALTA		Antonio
90c38c410d04e78623199d738f3d809f	01/07/2024	18	001) COMIC Cofre	A) ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE	MÉDIA		Antonio



Estatística de ocorrências por ambiente monitorado.



Gráfico de barras agrupadas de todas as ocorrências registradas

## RISCO CLASSE IBRAM

RISCO	TOTAL DE Ocorrências Agrupadas
 <p>Forças Físicas</p>	2
 <p>Furto, Roubo e Vandalismo</p>	0
 <p>Fogo</p>	0
 <p>Água</p>	3
 <p>Pragas</p>	0
 <p>Poluentes</p>	0
 <p>Luz e Radiação Ultravioleta (UV) e Infravermelha</p>	0
 <p>Temperatura Incorreta</p>	0
 <p>Umidade Incorreta</p>	6

 Dissociação	0
 Tecnológico	3

Agrupamento dos riscos em classes

MAGNITUDE DO RISCO		
OCORRÊNCIA	NÍVEL DO RISCO INERENTE EM 1 ANO	CLASSE DO RISCO
A) ACIDENTE COM FUNCIONÁRIO / COLABORADOR	0.00	RISCO BAIXO
A) ACIDENTE COM VISITANTE	0.00	RISCO BAIXO
A) DESMORONAMENTO	0.00	RISCO BAIXO
A) EXPLOSÃO	0.00	RISCO BAIXO
A) FURACÃO	0.00	RISCO BAIXO
A) RAIOS	0.00	RISCO BAIXO
A) TERREMOTO	0.00	RISCO BAIXO
A) VENDEVAL	0.00	RISCO BAIXO
B) ATENTADO	0.00	RISCO BAIXO
B) CONFLITO CIVIL	0.00	RISCO BAIXO
B) FURTO	0.00	RISCO BAIXO
B) GUERRA	0.00	RISCO BAIXO
B) INVASÃO	0.00	RISCO BAIXO
B) ROUBO	0.00	RISCO BAIXO
B) TERRORISMO	0.00	RISCO BAIXO
C) GERAÇÃO DE FUMAÇA (ORIGEM INCÊNDIO)	0.00	RISCO BAIXO
C) INCÊNDIO	0.00	RISCO BAIXO
D) DEFEITO DE REVERSÃO DO ESGOTO	0.00	RISCO BAIXO
D) GEADA	0.00	RISCO BAIXO
D) GRANIZO	0.00	RISCO BAIXO
D) INFILTRAÇÃO ÁGUA	0.00	RISCO BAIXO
D) NEVE	0.00	RISCO BAIXO
D) SUBIDA DO NÍVEL ÁGUA	0.00	RISCO BAIXO
D) TEMPORAL CHUVA	0.00	RISCO BAIXO
E) INFESTAÇÃO AVES	0.00	RISCO BAIXO
E) INFESTAÇÃO INSETOS	0.00	RISCO BAIXO
E) INFESTAÇÃO MORCEGOS	0.00	RISCO BAIXO
E) INFESTAÇÃO ROEDORES	0.00	RISCO BAIXO
F) GERAÇÃO DE FUMAÇA (SEM ORIGEM DEFINIDA)	0.00	RISCO BAIXO
F) POEIRA	0.00	RISCO BAIXO
F) POLUIÇÃO EXTREMA DO AR	0.00	RISCO BAIXO
F) TEMPESTADE DE POEIRA	0.00	RISCO BAIXO
G) ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL EXCESSIVA	0.00	RISCO BAIXO
G) ILUMINAÇÃO NATURAL	0.00	RISCO BAIXO
H) GRANDE VARIAÇÃO DE TEMPERATURA	0.00	RISCO BAIXO
H) TEMPERATURA ALTA	0.00	RISCO BAIXO
H) TEMPERATURA BAIXA	0.00	RISCO BAIXO
I) GRANDE VARIAÇÃO DE UMIDADE	0.00	RISCO BAIXO
I) MOFO FUNGO	0.00	RISCO BAIXO
I) UMIDADE BAIXA	0.00	RISCO BAIXO
J) ERRO DE DADOS (CATÁLOGO/INVENTÁRIO)	0.00	RISCO BAIXO
J) PERDA DE ACESSO AOS (CATÁLOGO/INVENTÁRIO)	0.00	RISCO BAIXO
J) PERDA DE DADOS (CATÁLOGO/INVENTÁRIO)	0.00	RISCO BAIXO
J) PERDA DE IDENTIFICAÇÃO (ACERVO)	0.00	RISCO BAIXO
J) PERDA DE LOCALIZAÇÃO (ACERVO)	0.00	RISCO BAIXO
K) FALHA DO EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO	0.00	RISCO BAIXO
K) FALHA DO EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0.00	RISCO BAIXO
K) FALHA NO SISTEMA DE CFTV	0.00	RISCO BAIXO
K) FALHA NO SISTEMA DE COMBATE AO INCÊNDIO	0.00	RISCO BAIXO
K) FALHA NO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO	0.00	RISCO BAIXO
K) FALHA NO SISTEMA DE MONITORAMENTO CLIMÁTICO	0.00	RISCO BAIXO
L) OUTROS	0.00	RISCO BAIXO
D) CHUVISCO/CHUVA	11.84	RISCO MÉDIO
I) UMIDADE ALTA	50.00	RISCO ALTO
A) ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE	42.11	RISCO ALTO
K) FALHA DO EQUIPAMENTO CLIMATIZAÇÃO	100.00	RISCO EXTREMO

Cálculo do Risco Inerente conforme metodologia CGU

PESQUISA DE REGISTROS, TOTAL: 240			
OCORRÊNCIA	GRAVIDADE	TOTAL	PROBABILIDADE EM 1 ANO
A) ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE	MUITO ALTA	1	0.01%
K) FALHA DO EQUIPAMENTO CLIMATIZAÇÃO	ALTA	3	0.03%
A) ACIDENTE COM ACERVO MANUSEIO / TRANSPORTE	MÉDIA	1	0.01%
I) UMIDADE ALTA	MUITO BAIXA	6	0.07%
D) CHUVISCO/CHUVA	MUITO BAIXA	3	0.03%
I) UMIDADE ALTA	SEM CLASSE	137	1.59%
I) MOFO FUNGO	SEM CLASSE	63	0.73%
D) CHUVISCO/CHUVA	SEM CLASSE	7	0.08%

Contabilidade de todas as ocorrências registradas, registros sem classe são ocorrências capturadas de forma automática SITRAD / MONITORAMENTO EXTERNO, as regras de gravidade serão classificação pelo corpo técnico da instituição.

## 5. Levantamento de Mercado

CONFORME O LEVANTAMENTO DE PREÇOS REALIZADO PELO SETOR DE COMPRAS DA FBN O VALOR MEDIO PARA ESTA CONTRATAÇÃO É DE 71.333,36.

## 6. Descrição da solução como um todo

O sistema da BN é composto por sensores FULLGAUGE instalados em uma rede RS485, o sistema que gerencia os dados de temperatura e umidade dos ambientes é o SITRAD, o sistema da contratada deverá enviar os dados coletados para o sistema CONCLIMA, este sistema realizará o processamento técnico acumulando os dados brutos em um servidor em nuvem da empresa contratada.

Sistema de Monitoramento de Riscos: descrição dos utilizadores, o sistema de monitoramento de risco para que os técnicos qualificados possam desenvolver atividades de vigilância, análise, diagnóstico e mitigação de riscos; perfis dos utilizadores, Conservadores, Restauradores, Bibliotecários, Arquivistas, Apoio administrativo; ambiente de trabalho, os técnicos utilizarão computador IBM-PC para acessar o sistema disponibilizado pela contratada.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Contratação de empresa para a prestação de serviços de monitoramento de umidade e temperatura e sistema de gestão de riscos /climatologia.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1,00

Valor da contratação será de R\$71.333,36 anual.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

NÃO SE APLICA.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

NÃO SE APLICA.



## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Está previsto no planejamento 2025.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O serviço de Monitoramento de riscos e dos parâmetros climáticos, tais como umidade relativa e temperatura visa orientar a equipe de funcionários da FBN para atuar na mitigação dos riscos e consequentemente na preservação dos acervos da Instituição.

De acordo com o Plano de Gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência, elaborado pelo antigo Coordenador de Preservação da FBN, Jayme Spinelli, é de suma importância que monitorem os parâmetros ambientais para garantir a permanência e preservação dos acervos, e o monitoramento de riscos auxilia na vigilância constante desses e de outros parâmetros que devem ser priorizados, como pragas, incêndio, água, etc.

## 13. Providências a serem Adotadas

Conforme resultados obtidos através do controle e monitoramento, ações serão tomadas para a plena conservação do acervo FBN

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

NÃO SE APLICA.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

NÃO HÁ RESTRIÇÕES PARA O MONITORAMENTO DE RISCOS E CLIMÁTICO, QUE PERMITE A MITIGAÇÃO DE RISCOS PARA OS ACERVOS DA FBN

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SIRLE REBECA SIMAS RODRIGUES**

coordenadora de preservação



Assinou eletronicamente em 14/01/2026 às 12:45:14.

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E**  
**CONTRATAÇÃO DIRETA**



**FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL**

(Processo Administrativo nº 01430.0000376/2025-83)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM  
ENTRE SI A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL E

.....

A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, com sede Av. Rio Branco nº 219/239 - Centro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 40.176.679/0001-99, neste ato representada pelo seu Presidente MARCO AMERICO LUCHESI, nomeado(a) pela Portaria nº 1.507, de 06 de fevereiro de 2023, publicada no DOU de 07 de fevereiro de 2023, Seção 2, Página 1, portador da Matrícula Funcional nº 036591, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01430.0000376/2025-83 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços que siga os protocolos de gestão de riscos desenvolvidos pela Fundação Biblioteca Nacional para o controle dos parâmetros climatológicos nas áreas de guarda de acervos, na sala cofre da COMIC, nos laboratórios e nos espaços expositivos da Fundação Biblioteca Nacional, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado da data de assinatura do contrato pelas partes, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) Av. Rio Branco, 219, Casa da Leitura - R. Pereira da Silva, 86 – Laranjeiras e Palácio Gustavo Capanema- R. da Imprensa, 16 - Centro, Rio de Janeiro – RJ e Rua Debret n 23.
- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de 50km do local demandado.
- 9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.



9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, Seção Judiciária de Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-